

É preciso investir na erva para dar competitividade ao leite

Em vez de “derramar” dinheiros na importação de alimentos

O presidente do conselho de administração da Associação Nacional de Industriais de Lacticínios de Portugal, Pedro Pimentel, não tem dúvidas. “O recurso que dá, efectivamente, vantagem competitiva à fileira é, de uma forma simplista, a erva e é à volta da erva que os dinheiros públicos deveriam ser ‘derramados’...”. O depoimento de Pedro Pimentel:

“O futuro da fileira nos Açores assenta, em minha opinião, num tripé composto por Competitividade, Sustentabilidade e Viabilidade Económica.

Começando por esta última, referiria que se as produções de elevada qualidade (e pequenos volumes) podem penetrar em nichos razoavelmente valorizados e permitir uma remuneração atractiva de produção e transformação, serão sempre produções de pequena dimensão e que poderão ter importância significativa para alguns produtores e algumas empresas, mas que não terão a capacidade de absorver o volume de produção actual e futuro da Região. Para esse volume, há que encontrar vias de valorização mais massificadas onde a escala é sempre um factor crítico. Assim, nunca esquecendo que a produção se distribui por nove ilhas e que a produção açoriana não é mais do que o somatório da produção de cada uma das ilhas, a existência de volumes mínimos de dimensão suficiente para serem economicamente interessantes, do ponto de vista da industrialização, é fundamental.

A questão da Sustentabilidade resulta da necessidade da fileira do leite açoriana ser capaz de produzir aqueles volumes, de uma forma não agressiva para o ambiente e aproveitando os recursos naturais das ilhas e em especial, logicamente, a erva. Aqui a questão funciona em sentido inverso, pois a disponibilidade alimentar não é elástica e o impacto ambiental derivado do número de animais em produção é sensível, pelo que o aumento da produção pela via da sua intensificação, pode gerar consequências negativas a nível ambiental e de esforço sobre os solos.

A questão da Competitividade acaba por surgir como a junção dos dois aspectos anteriores. Assim, vale sempre a pena recordar que Vantagem Competitiva não é mais do que a capacidade de produzir de forma igual (em qualidade e em volume) a custo inferior. Assim a competitividade, passa pela capacidade de produzir – na lavoura e nas indústrias - com igual qualidade e a um mais baixo custo que os nossos directos concorrentes (no Continente, noutros países Europeus, noutras zonas de produção). Vale também referir que o afastamento dos mercados acrescenta custos e dificuldades, para além de limitar opções ao nível da transformação industrial da matéria-prima.

Assim, na prática, o recurso que dá efectivamente vantagem competitiva à fileira é, de uma forma simplista, a erva e é à volta da erva que os dinheiros públicos deveriam ser ‘derramados’ seja no estudo dos solos e das espécies, seja na selecção dos animais mais adequados e que melhor funcionem como ‘máquina’



Pedro Pimentel, presidente do conselho de administração da ANIL

que transforma essa erva em leite adequado às produções mais valorizáveis. Os países mais competitivos em termos da fileira do leite são exactamente aqueles que assentam as suas produções nos recursos alimentares próprios, estando menos dependentes das disponibilidades alimentares externas e da volatilidade dos seus custos. Os Açores reúnem condições para, à sua escala, maximizar a valorização desse recurso inestimável para a produção de leite, mas deverão manter os ‘olhos-sempre-abertos’ para a questão dos volumes necessários para uma industrialização economicamente viável.

Na outra ponta da fileira está o outro factor essencial da competitividade: o mercado. Ajudar a perceber o(s) mercado(s) e a penetrar nesse(s) mercado(s) será um excelente instrumento de política de apoio à fileira. Valorizar melhor os produtos, reforçar a sua individualidade açoriana (e a imagem de qualidade a ela associada) e progredir na cadeia de valor são chavões fáceis de debitar, mas complexos de concretizar. Parece-me, contudo, que a diversificação dos mercados de destino (considerando a saturação, concentração, escassa rentabilidade e perda de poder de compra do mercado nacional) será fundamental, como fundamental será a aposta na diversificação do mix de produtos, com produtos diferenciados dirigidos ao mercado de consumo final (especialmente no caso do queijo e da manteiga), mas também com uma nova abordagem ao mercado dos produtos lácteos industriais e ao mercado dos ingredientes lácteos”.

Análise

‘Doutores’ nas vacas

A abolição das quotas leiteiras no seio da União Europeia é uma clara ameaça para a agro-pecuária açoriana. E as visões liberais que ganham força na Europa sobre a regulamentação do mercado do leite e lacticínios são sinais preocupantes para as regiões pequenas e mais afastadas dos grandes mercados de consumo.

Os produtores de leite dos Açores são bons no que fazem e podem atingir melhores níveis de qualidade. Terão de se qualificar, profissionalizar e atingir níveis de formação idênticos aos de outros produtores europeus. E vão ter necessidade de reduzir os custos por litro de leite.

A abolição das quotas leiteiras obriga a uma redução, mais acelerada, do número de explorações pecuárias para robustecer o tecido empresarial do sector e torná-lo menos frágil perante a grande agressividade originada pelo desaparecimento de uma regulamentação rígida do mercado de leite e lacticínios.

Explorações pecuárias maiores, com menos parcelas e uma estrutura assente na valorização da qualidade do leite produzido são exigências do presente que não podem ser mais adiadas.

Empresas mais robustas constituem uma base mais sólida para enfrentar os novos desafios que se vão colocar à fileira do leite dos Açores. Mas não basta ser mais forte, produzir com melhor qualidade e reduzir o custo do litro de leite para se vencer numa Europa com o mercado de lacticínios alicerçado em regulamentações minimalistas assentes em visões muito liberais.

Nos Açores, muito dificilmente se pode produzir mais leite a preços competitivos. Pelo contrário, a necessidade de uma redução do custo do litro de leite pode levar as explorações a assentarem a alimentação mais em erva e forragens produzidas localmente e menos em rações e importação de alimentos, mesmo que isso significa uma ligeira diminuição da produção.

Não existe condições nos Açores – por não haver superfície arável suficiente e a dimensão da ilha ser um limite – para grandes produções que resultem numa redução do custo médio do preço do leite para valores próximos da média comunitária. O volume da produção do leite nos Açores continuará a ser, portanto, o resultado da equação entre a reduzida área arável da ilha e o custo possível do leite – que deverá ser inferior ao actual - para, quando transformado, os produtos lácteos derivados sejam competitivos num mercado onde a concorrência vai ser mais agressiva.

É, portanto, necessário que o produtor de leite dos Açores perceba que a abolição das quotas leiteiras obriga-o a ser um profissional bem formado e um empresário atento à evolução dos mercados no espaço onde se insere, que é açoriano, português e europeu. Até porque já lá vai o tempo em que, para ganhar dinheiro com o leite, bastava ter a vaca, a erva e produzi-lo.

Antes de mais, a abolição das quotas leiteiras deve levar a uma maior responsabilização dos produtores de leite pelo rendimento da sua empresa face às circunstâncias do mercado que o rodeia. Ao produtor não cabe, hoje em dia, apenas a responsabilidade de produzir. Tem, cada vez mais, de o fazer a custos comportáveis pelo mercado.

Esta responsabilização, testada por técnicos e especialistas nacionais e comunitárias, reforça a credibilidade europeia na fileira do leite dos Açores.

Em suma, os desafios colocados pela abolição da quota leiteira devem colocar-se, em primeira instância, aos produtores de leite da Região. Eles têm de ser, cada vez mais, doutores nas vacas.

João Paz